

Economistas esperam a adoção de medidas de ajuste interno

por Cynthia Malta
de São Paulo

O "estilo Mailson" (uma referência ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega) de negociar a questão da dívida externa brasileira foi considerado taticamente correto por economistas de São Paulo, no que se refere a "ganhar tempo" e garantir a reintegração do País à comunidade financeira internacional. No entanto, a consolidação desse acesso às linhas de crédito internacionais depende de um controle efetivo da situação econômica interna brasileira, lembraram os economistas.

Para o professor de economia da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Longo, "o acordo firmado com o Comitê dos bancos credores é um voto de confiança ao governo Sarney". Longo disse que "mesmo com os problemas internos que o País tem, os bancos não se negaram a conceder o refinanciamento". Porém, acrescenta o professor, "a normalização das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional depende da redução do déficit público e do encaminhamento que as negociações com os agentes financeiros internacionais apresentarem".

Em sua opinião, o Brasil não precisará lançar mão de suas reservas para saldar seus compromissos relacionados com a dívida externa este ano se entidades como o Clube de Paris, Banco Mundial e Fundo

Monetário Internacional, celebrarem acordos semelhantes a esse último com o governo brasileiro.

E um acordo de curto prazo, que empurra para a frente o problema da dívida", disse o professor de economia da USP, Carlos Alberto Primo Braga. Ele acredita que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, "preferiu alcançar um acordo, sem fazer muitas exigências, para poder dedicar mais tempo à questão interna". Ou seja, o equacionamento dos problemas econômicos que afligem o País, como inflação alta e déficit público quase fora de controle, poderá ser mais rápido com a questão da dívida externa parcialmente encaminhada.

O advogado Durval Noronha, sócio da Noronha Advogados e especialista em direito internacional, entende que o ponto mais favorável do acordo firmado foi a recomposição das linhas de crédito de curto prazo. Além dos US\$ 5,8 bilhões referentes ao refinanciamento dos juros do período 1987—88 e primeiro semestre de 1989, o comitê concedeu verba no valor de US\$ 600 milhões para as linhas de crédito comercial.

"Com a decretação da moratória, essas linhas de crédito, que alcançavam US\$ 16 bilhões, foram diminuídas para US\$ 14 bilhões. Agora, através desse acordo, a tendência de redução paulatina dessas linhas reverteu-se", disse Noronha.